

QUADRA SOCIEDADE DE CRÉDITO DIRETO S.A.

Rua Joaquim Floriano, 940 - 6º andar - Itaim Bibi - São Paulo - SP - 04534-004 www.quadrascd.com.br

CNPJ: 49.555.647/0001-79

Demonstrações Financeiras em 30 de Junho de 2026

Demonstrativos compreendidos:

- Carta de apresentação;
- Relatório da administração
- Relatório dos Auditores Independentes.
- Balanços Patrimoniais;
- Demonstrações do Resultado;
- Demonstrações do Resultado Abrangente;
- Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido;
- Demonstrações de Fluxo de Caixa;
- Notas Explicativas;

Demonstrações divulgadas no site em 27/08/2026.

www.quadrascd.com.br

A Diretoria da Quadra SCD S.A. declara a veracidade e consistência das informações contidas nos demonstrativos elencados.

Nilto Calixto Silva
Administrador

Paulo Eduardo Pereira
CRC 030018/O-3
Contador

Carta de apresentação

Eu, Nilto Calixto Silva, assumo inteira responsabilidade pelo conteúdo dos documentos contidos no arquivo. Declaro estar de inteira responsabilidade pelas informações prestadas, estando ciente de que a falsidade nas informações implicará nas penalidades cabíveis.

27 de agosto de 2026

Nilto Calixto Silva

Diretor Responsável

Relatório da Administração

Srs. Acionistas

Submetemos à vossa apreciação as demonstrações financeiras da Quadra Sociedade de Crédito Direto S.A, acompanhado do relatório dos auditores independentes referentes ao semestre findo em 30 de junho de 2026.

Sobre a Quadra SCD

A Quadra Sociedade de Crédito Direto S.A ("Quadra SCD" ou "Instituição") é uma sociedade anônima de capital fechado, que tem como objeto social a prática de operações ativas, passivas e acessórias, inerentes à carteira de crédito, financiamento e investimento, de acordo com as disposições legais e regulamentares em vigor.

Desempenho Econômico-Financeiro

Em 30 de junho de 2026, a Quadra SCD possui ativos totais de R\$ 13.592, sendo R\$ 12.579 de carteira de instrumentos financeiros composta principalmente por títulos e valores imobiliários, e saldo de disponibilidades de R\$ 993.

O patrimônio líquido é de R\$ 5.026.



KPMG Auditores Independentes Ltda.

Rua Verbo Divino, 1400 - Conjunto Térreo ao 801 – parte,

Chácara Santo Antônio, CEP 04719-911, São Paulo - SP

Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo - SP - Brasil

Telefone 55 (11) 3940-1500

kpmg.com.br

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

**Aos Acionistas e Administradores da
Quadra Sociedade de Crédito Direto S.A**

São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Quadra Sociedade de Crédito Direto S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2026 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Quadra Sociedade de Crédito Direto S.A. em 30 de junho de 2026, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (“BCB”).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e as normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras de entidades de interesse público no Brasil. Nós também cumprimos com as demais responsabilidades éticas, de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

KPMG Auditores Independentes Ltda., uma sociedade simples brasileira, de responsabilidade limitada e firma-membro da organização global KPMG de firmas-membro independentes licenciadas da KPMG International Limited, uma empresa inglesa privada de responsabilidade limitada.

KPMG Auditores Independentes Ltda., a Brazilian limited liability company and a member firm of the KPMG global organization of independent member firms affiliated with KPMG International Limited, a private English company limited by guarantee.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidade da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 27 de agosto de 2026

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP- 014428/O-6



Willian Hideki Ishiba
Contador CRC 1SP281835/O-2

Quadra Sociedade de Crédito Direto S.A.

Balanço patrimonial em 30 de junho de 2026 e 31 de dezembro de 2025

(Em Reais Mil)

Ativo	Nota	30/06/2026	31/12/2025	Passivo	Nota	30/06/2026	31/12/2025
Circulante		13.592	9.495	Circulante		8.565	5.654
Caixa e equivalentes de caixa	8	993	18	Obrigações tributárias		37	75
Disponibilidades		993	18	Fornecedores a pagar		36	36
Instrumentos Financeiros				Depósitos de moeda eletrônica	10	8.492	5.441
Títulos e valores mobiliários	9	12.579	9.477	Credores Diversos		-	102
Outros créditos		20	-	Não-Circulante		1	517
				Obrigações com partes relacionadas	12	1	517
				Patrimônio Líquido		5.026	3.324
				Capital social	11.a	3.000	3.000
				Aumento de capital	11.a	2.150	-
				Reservas de Lucros	11.b	34	324
				(Prejuízos) acumulados		(158)	-
Total do ativo		13.592	9.495	Total do passivo e patrimônio líquido		13.592	9.495

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Quadra Sociedade de Crédito Direto S.A.

Demonstrações de resultado

Semestres findos em 30 de junho de 2026 e 2025

(Em Reais Mil - exceto o lucro líquido por ação - R\$)

	Nota	30/06/2026	30/06/2025
Receita de intermediação financeira		475	766
Rendas com títulos e valores mobiliários	9.b	475	766
Outras receitas/(despesas) operacionais		(590)	(439)
Rendas de prestação de serviço		5	1
Despesas gerais e administrativas	13	(541)	(412)
Despesas tributárias		(62)	(28)
Outros despesas operacionais		(17)	-
Outros receitas operacionais		25	-
Resultado Operacional		(115)	327
Resultado Não Operacional		-	-
Resultado Antes dos impostos		(115)	327
Contribuição social	14	(15)	(22)
Imposto de renda	14	(28)	(49)
Total de impostos sobre o lucro		(43)	(71)
Resultado do semestre		(158)	255
Número de ações emitidas		5.150.000	3.000.000
Resultado por ação mil		(33)	12

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Quadra Sociedade de Crédito Direto S.A.

Demonstrações de resultado abrangente

Semestres findos em 30 de junho de 2026 e 2025

(Em Reais Mil)

	<u>30/06/2026</u>	<u>30/06/2025</u>
Resultado do semestre	<u>(158)</u>	<u>255</u>
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente do semestre	<u><u>(158)</u></u>	<u><u>255</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Quadra Sociedade de Crédito Direto S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Semestres findos em 30 de junho de 2026 e 2025

(Em Reais Mil)

	Capital Social Integralizado	Aumento de capital	Reservas		Lucros (Prejuízos) Acumulados	Patrimônio Líquido
			Reserva Legal	Reservas de Lucros Especiais		
Saldos em 31 de dezembro de 2024	3.000	-	-	-	(354)	2.646
Lucro do semestre	-	-	-	-	255	255
Reserva Legal	-	-	16	-	-	16
Reserva de Lucros Especiais	-	-	-	308	-	308
Saldos em 30 de junho de 2025	3.000	-	16	308	(99)	2.901
Mutações do semestre	-	-	16	308	255	255
Saldos em 31 de dezembro de 2025	3.000		16	308	-	3.324
Aumento de capital	-	1.860	-	-	-	1.860
Prejuízo do semestre	-	-	-	-	(158)	(158)
Reserva de Lucros Especiais	-	290	-	(290)	-	-
Saldos em 30 de junho de 2026	3.000	2.150	16	18	(158)	5.026
Mutações do semestre	-	2.150	-	(290)	(158)	1.702

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Quadra Sociedade de Crédito Direto S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto

Semestres findos em 30 de junho de 2026 e 2025

(Em Reais Mil)

	30/06/2026	30/06/2025
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais		
Resultado do semestre	(158)	255
Ajustes por:		
Imposto de renda e contribuição social	43	71
Total do resultado ajustado	(115)	326
Variações em:		
Nas contas de títulos e valores mobiliários	(3.102)	(707)
Nas contas de tributos a compensar	(20)	18
Nas contas de adiantamento a fornecedores	-	25
Nas contas de obrigações tributárias	(38)	15
Nas contas de fornecedores a pagar	(102)	(3)
Nas contas de obrigações com partes relacionadas	-	30
Nas contas de depósitos de moeda eletrônica	3.051	242
Total da variação entre ativos e passivos	(211)	(380)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(43)	(29)
Caixa Líquido Utilizado nas atividades operacionais	(254)	(409)
Aumento de capital	1.860	-
Pagamento de obrigações com partes relacionadas	(516)	-
Caixa Líquido Utilizado nas atividades de Financiamento	1.344	-
(Diminuição)/Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	975	(83)
Caixa e equivalentes de caixa no início do semestre	18	123
Caixa e equivalentes de caixa no final do semestre	993	40

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO SEMESTRE FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2026 (em milhares de reais exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Quadra Sociedade de Crédito Direto S.A. (“Quadra SCD” ou “Companhia”) é uma instituição financeira privada, com sede localizada na cidade de São Paulo, Rua Joaquim Floriano, nº 940, constituída sob a forma de sociedade por ações. A Companhia foi constituída em 07 de outubro de 2021 mediante requerimento de autorização de constituição e funcionamento ao Banco Central do Brasil (“Bacen”), e foi autorizada por ofício do Bacen em 17 de novembro de 2022.

A Companhia tem como objeto social a prática de: (i) operações de empréstimos, de financiamentos e de aquisições de direitos creditórios exclusivamente por meio de plataforma eletrônica, com utilização de recursos financeiros que tenham como única origem capital próprio; (ii) emissão de moeda eletrônica e gestão de contas de pagamento pré-paga; (iii) prestação de serviços de análise de crédito e cobrança de créditos e de cobrança; (iv) participação no capital de outras sociedades, como sócia ou acionista, exceto instituições financeiras.

A Companhia possui como sócias a CP Investimentos e Participações S.A. e a Quadra Investimentos e Participações Ltda., as quais detém 50% do seu capital social cada uma. É controlada diretamente pela acionista CP Investimentos e Participações S.A., a qual detém a totalidade das ações ordinárias da Companhia.

2. BASE DE PREPARAÇÃO

As demonstrações contábeis foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotados no Brasil, observando as diretrizes contábeis estabelecidas pelo Banco Central do Brasil – BACEN, Conselho Monetário Nacional - CMN, em conformidade com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF e os novos pronunciamentos, orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis CPC – aprovados pelo BACEN. A resolução CMN nº 4.818/2020 e a Resolução BCB nº 2/2020 estabelecem os critérios gerais e procedimentos para elaboração e divulgação das Demonstrações Financeiras.

A moeda funcional utilizada pela Companhia é o Real, mesma moeda de preparação e apresentação das demonstrações contábeis, onde os valores são expressos em milhares de reais.

As demonstrações financeiras foram aprovadas pela administração para emissão em 27 de agosto de 2026.

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

- a) **Receitas e despesas:** as receitas e despesas, bem como os direitos e obrigações, são reconhecidos e apropriados pelo regime de competência.
- b) **Caixa e equivalentes de caixa:** inclui dinheiro em caixa, depósitos bancários, investimento de curto prazo de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valores e limites, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias.

c) Valor de Recuperação de Ativos (impairment): de acordo com a Lei 11.638/07, é obrigatória à análise periódica sobre a recuperação dos valores registrados no ativo, entre eles os investimentos, o imobilizado, o intangível e o diferido. Seu objetivo é registrar possíveis perdas quando o valor de mercado for inferior ao valor contábil, bem como revisar e ajustar os critérios de depreciação e amortização. O Banco Central do Brasil regulamentou essa prática por meio da adoção do Pronunciamento Técnico CPC 01 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos.

d) Outras Obrigações – Sociais e Estatutárias e Fiscais e Previdenciárias: as provisões para pagamento dos tributos e encargos sociais incidentes sobre os resultados, as receitas e a folha de pagamento dos empregados são constituídas mensalmente e consideram, para cada um deles, a base de cálculo prevista na legislação tributária, previdenciária e trabalhista vigente.

e) Provisão para imposto de renda, contribuição social, PIS, COFINS e ISS:

Em 30 de junho de 2026, a Companhia utilizou-se do lucro presumido para apuração dos impostos sobre o lucro. Dessa forma, a base para tributação é de 35,2% sobre a receita operacional bruta dos serviços prestados, sujeito a determinados limites, estabelecidos na Lei Complementar nº 224/2025. A provisão para o imposto de renda é constituída à alíquota de 15% sobre a base de cálculo citada e acrescida do adicional de 10% sobre a mesma base que superar R\$ 60 ao trimestre ou R\$ 20 por mês. A provisão para contribuição social sobre o lucro presumido é calculada considerando a alíquota de 9% sobre a base de cálculo citada.

A provisão para o PIS e a COFINS foi constituída a uma alíquota de 0,65% e 3% respectivamente, sobre as receitas brutas considerando as exclusões e deduções da legislação vigente.

A provisão do ISS foi constituída a uma alíquota de 5% sobre o total de receitas de prestação de serviços.

f) Ativos e passivos contingentes e obrigações legais - Fiscais e previdenciárias:

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das contingências ativas e passivas e obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos no pronunciamento técnico CPC nº 25 Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes do Comitê de Pronunciamentos Técnicos, aprovado pela Resolução nº 3.823/09 do Banco Central do Brasil:

(i) Contingências ativas - não são reconhecidas nas demonstrações contábeis, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos;

(ii) Contingências passivas - são reconhecidas nas demonstrações contábeis quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda. Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis pelos assessores jurídicos são apenas divulgados em notas explicativas, quando relevantes, enquanto aquelas classificadas como perda remota não requerem provisão e divulgação;

(iii) Obrigações legais - ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações fiscais e tributárias, quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança.

Em 30 de junho de 2026 e 2025 a Companhia não possui ativos, passivos contingentes (de nenhuma probabilidade de perda - provável, possível ou remota) ou obrigações legais.

g) Utilização de Estimativas: A elaboração das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a operar pelo Banco Central do Brasil, requer que a Administração se utilize de premissas e julgamentos na determinação do valor e registro de estimativas contábeis, como provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, imposto de renda diferido, provisão para contingências e valorização de instrumentos financeiros ativos e passivos.

A liquidação dessas transações envolvendo essas estimativas pode resultar em valores diferentes dos estimados, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação.

h) Eventos Subsequentes: Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações financeiras e a data de autorização para sua emissão. Não houve qualquer evento subsequente que requeresse ajustes ou divulgações para as demonstrações financeiras, além daqueles já incluídos nestas demonstrações financeiras.

i) Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas.

i. Julgamentos

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas notas explicativas:

- Classificação dos ativos financeiros (consulte a Nota Explicativa 4)

ii. Mensuração do valor justo

Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia requer a mensuração de valor justo para ativos e passivos financeiros e não financeiros.

Para aumentar a consistência e a comparabilidade nas mensurações do valor justo e nas divulgações correspondentes, a Companhia classifica em três níveis as informações (inputs) aplicadas nas técnicas de avaliação utilizadas na mensuração do valor justo. A hierarquia de valor justo dá a mais alta prioridade a preços cotados (não ajustados) em mercados ativos

para ativos ou passivos idênticos e a mais baixa prioridade a dados não observáveis, como apresentado a seguir:

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- **Nível 1:** preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.
- **Nível 2:** inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- **Nível 3:** inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

Os ativos financeiros em 30 de junho de 2026 estão classificados no Nível 2.

4. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Em conformidade com a Resolução CMN nº 4.966/21, os instrumentos financeiros classificados como títulos e valores mobiliários são mensurados e reconhecidos conforme o modelo de negócios da instituição e as características dos fluxos de caixa contratuais. A classificação é realizada nas seguintes categorias:

- a) **Custo amortizado:** ativos financeiros mantidos com o objetivo de receber os fluxos de caixa contratuais, que consistem exclusivamente em pagamentos de principal e juros. São mensurados pelo custo amortizado, acrescido dos rendimentos auferidos, com contrapartida ao resultado do período.
- b) **Valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA):** ativos financeiros mantidos com o objetivo de receber fluxos de caixa contratuais e realizar vendas.
São ajustados ao valor justo, com contrapartida ao patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos tributários.
- c) **Valor justo por meio do resultado (VJR):** ativos financeiros mantidos com o objetivo de negociação ou que não atendem aos critérios das categorias anteriores. São ajustados ao valor justo, com contrapartida ao resultado do período.

A Quadra SCD classifica sua aplicação em títulos e valores mobiliários na categoria “valor justo no resultado”.

5. CLASSIFICAÇÃO E MENSURAÇÃO DE ATIVOS FINANCEIROS

A Quadra SCD mantém a totalidade de seus ativos exclusivamente aplicados em Letras Financeiras do Tesouro (LFTs), títulos de risco soberano cujos fluxos de caixa são compostos por principal e juros e por aplicações em Cédulas de Depósito Bancário. Esses ativos permanecem classificados como mensurados ao valor justo por meio do resultado, não havendo necessidade de reclassificação ou alteração no modelo de negócios, em conformidade com os critérios estabelecidos no art. 4º da Resolução CMN nº 4.966/2021.

a) Risco de Crédito e Provisão para Perdas Esperadas:

A instituição atua exclusivamente com contas vinculadas e de livre movimentação pré-pagas, não realizando concessão direta de crédito. Dessa forma, não há exposição ao risco de inadimplência, tampouco necessidade de constituição de provisões para perdas esperadas. Assim, os dispositivos relativos a *impairment* e crédito problemático não se aplicam às operações da Quadra SCD.

b) Stop Accrual e Reconhecimento de Juros:

Considerando que a Quadra SCD não possui carteira de crédito, não há geração de receitas financeiras sujeitas à interrupção de reconhecimento por inadimplência. Assim, as exigências normativas relacionadas ao conceito de *stop accrual* não produzem impactos operacionais ou contábeis relevantes para a instituição.

c) Plano de Implementação e Adequação:

A Quadra SCD avaliou a Resolução CMN nº 4.966/2021 e concluiu que seus efeitos são limitados, considerando seu modelo operacional, que não envolve concessão de crédito e possui exclusivamente ativos de risco soberano. Dessa forma, não estão previstas mudanças significativas nos sistemas, processos ou práticas contábeis atualmente adotadas.

6. RESULTADO RECORRENTE E NÃO RECORRENTE

Resultado não recorrente é o resultado que não esteja relacionado ou seja relacionado com as atividades atípicas da instituição financeira e não esteja previsto para ocorrer com frequência nos exercícios futuros. A Companhia analisou o resultado e não há itens para composição do resultado não recorrentes, no semestre findo em 30 de junho de 2026 e 2025.

7. Normas, alterações e interpretações de normas

Resolução CMN 4.966/21 e Resolução BCB 352/23 – Com relação à contabilidade de hedge, entrará em vigor em 1º de janeiro de 2027, sendo que não foram identificados quaisquer impactos.

Reforma Tributária – A Companhia acompanha a implementação e avalia os potenciais impactos. Em 30 de junho de 2026, não há quaisquer impactos relevantes reconhecidos nas Demonstrações Financeiras. Os efeitos serão reconhecidos à medida que as disposições se tornarem aplicáveis e puderem ser mensurados de forma confiável.

8. DISPONIBILIDADES

Em 30 de junho de 2026 e 31 de dezembro de 2025 a Companhia possuía o saldo de disponibilidades conforme a seguinte composição:

	<u>30/06/2026</u>	<u>31/12/2025</u>
Disponibilidades	993	18
Bancos	993	18

9. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

a) Composição da carteira por categoria e prazo:

<u>30/06/2026</u>			
Valor justo por meio do resultado (VJR)	Até 365 dias	Acima de 365 dias	Valor justo
Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos	12.579	-	12.579
Títulos de Renda Fixa	154	-	154
Saldo Contábil Bruto	154	-	154
Vinculados à prestação de garantias	12.425	-	12.425
Letras financeiras do tesouro	8.287	-	8.287
Conta corrente em moeda eletrônica	4.138	-	4.138

<u>31/12/2025</u>			
Valor justo por meio do resultado (VJR)	Até 365 dias	Acima de 365 dias	Valor justo
Títulos E Valores Mobiliários E Instrumentos	9.492	-	9.492
Títulos De Renda Fixa	-	-	-
Saldo Contábil Bruto	-	-	-
Vinculados à prestação de garantias	9.492	-	9.492
Letras financeiras do tesouro	9.477	-	9.477

b) Resultado de operações com títulos e valores mobiliários:

	<u>30/06/2026</u>	<u>30/06/2025</u>
Rendas com Títulos e Valores Mobiliários	475	766
Receita com Instrumentos Financeiros – LFT e CDB	475	766

10. DEPÓSITOS DE MOEDA ELETRÔNICA

A Companhia detém um saldo de moeda eletrônica e/ou aplicado em título público federal oriundo de contas de pagamento pré-pagas de titularidade de seus clientes. Esse valor não se confunde com o capital da Companhia. Em 30 de junho de 2026 o montante referente a essa conta é de R\$ 8.492 (R\$ 5.441 em 31 de dezembro de 2025).

11. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital Social

Em 31 de dezembro de 2025, o capital social subscrito e integralizado da Companhia era de R\$ 3.000, dividido em 3.000.000 ações nominativas e sem valor nominal, sendo (i) 1.500.000 ações ordinárias; e (ii) 1.500.000 ações preferenciais.

Em 21 de maio de 2026, a assembleia geral ordinária dos acionistas aprovou o aumento de capital social da Companhia em R\$ 2.150, dos quais R\$ 289 por meio da capitalização do saldo remanescente do lucro líquido do exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e R\$ 1.860 por meio de subscrição e integralização de recursos pelos acionistas à vista em moeda corrente nacional.

Em decorrência do aumento de capital, foram emitidas 2.150 novas ações, das quais 1.075 ações ordinárias, integralizadas exclusivamente pelo acionista CP Investimentos e Participações S.A., e 1.075 ações preferenciais, integralizadas exclusivamente pelo acionista Quadra Investimentos e Participações Ltda.

Em 30 de junho de 2026, o capital social subscrito e integralizado em conjunto com o aumento de capital da Companhia era de R\$ 5.150, dividido em 5.150.000 ações nominativas e sem valor nominal, sendo (i) 2.575.000 ações ordinárias; e (ii) 2.575.000 ações preferenciais, das quais 2.150.000 estão aguardando aprovação do BACEN, as quais estão distribuídas conforme abaixo:

<u>Acionistas</u>	<u>Ações Ordinárias</u>	<u>Ações Preferenciais</u>	<u>Capital Social (%)</u>
CP Investimentos e Participações S.A.	2.750.000		50%
Quadra Investimentos e Participações Ltda.		2.750.000	50%
Total	2.750.000	2.750.000	100%

b) Reserva legal e Reservas especiais

Em 31 de dezembro de 2025 o saldo de Reserva de Lucros Especiais era de R\$ 308.

Em 21 de maio de 2026, a assembleia geral ordinária dos acionistas aprovou o aumento de capital social da Companhia em R\$ 2.150, dos quais R\$ 289 por meio da capitalização do saldo de Reserva de Lucros Especiais.

Desta forma, em 30 de junho de 2026 o saldo de Reserva de Lucros Especiais é de R\$ 18.

No semestre findo em 30 de junho de 2026, a Companhia apurou prejuízo líquido no montante de R\$ 158 e, portanto, não foram constituídas reservas adicionais.

12. Partes Relacionadas

a. OBRIGAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Durante o exercício de 2021, as Companhias, em conjunto, CP Investimentos e Participações S.A. e Quadra Investimentos e Participações Ltda. iniciaram o processo de registro de uma Sociedade de Crédito Direto ("SCD") no Bacen. Conforme requerido na Resolução nº 4.656 do Bacen, o capital social integralizado e o patrimônio líquido devem permanentemente ter o mínimo de R\$ 1.000. O valor para constituição de capital social da SCD denominada Quadra Sociedade de Crédito Direto S.A. foi depositado pelas Companhias no montante de R\$ 3.000, correspondente a 50% para cada uma. Após as devidas aprovações do Bacen, o montante relativo ao capital social foi mantido em depósito junto ao Sistema Especial de Liquidação e Custódia – SELIC por meio da compra de títulos públicos federais.

Em 17 de novembro de 2022, o Bacen autorizou o funcionamento da Companhia, aprovando a SCD. O processo de abertura do CNPJ foi concluído em 10 de fevereiro de 2023. O processo de transferências dos valores para integralização de suas ações foi finalizado em 28 de fevereiro de 2023, conforme Nota Explicativa 1.

O valor de R\$ 3.000 oriundo da integralização do capital social da Companhia foi aplicado em títulos públicos durante o período do processo de autorização junto ao Bacen, sendo no período avaliado ao valor justo, determinado pelo PU Anbima. Em 28 de fevereiro de 2023, o saldo atualizado dos títulos somava o montante de R\$ 3.516 quando foi resgatado. Os valores correspondentes aos rendimentos, na ordem de R\$ 516, foram devolvidos aos acionistas CP Investimentos e Participações S.A. e Quadra Investimentos e Participações S.A. em 12 de maio de 2026.

b. Remuneração da Administração

Não houve pagamento de remuneração ao pessoal-chave da administração da Companhia no semestre findo em 30 de junho de 2026 e 2025.

13. DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

Abaixo a composição das Despesas Gerais e Administrativas:

	30/06/2026	30/06/2025
Outras Despesas Administrativas	(541)	(412)
Despesas Bancárias	(1)	(3)
Despesas de Serviços Tomados de Advocacia	(104)	(6)
Despesas de Serviços Tomados de Pessoas Jurídicas(*)	(121)	(201)
Despesas de Serviços Tomados de Informática	(269)	(180)
Despesas de Serviços Tomados de Contabilidade	(46)	(22)

(*) Os honorários da auditoria externas estão contempladas no valor de R\$ 60 para 2026 e R\$ 22 para 2025.

14. IMPOSTOS SOBRE A RENDA

Apurações do Imposto de Renda e da Contribuição Social correntes pelo Lucro Presumido:

	30/06/2026	30/06/2025
Receita de intermediação financeira	475	766
Rendas de prestação de serviço	30	1
Base para o cálculo do Imposto de Renda e Contribuição Social	505	246
Despesa com Imposto de Renda	28	31
Despesa com Contribuição Social	15	22

15. GERENCIAMENTO DE RISCO

RISCO DE CRÉDITO

Risco de crédito define-se como a possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pelo tomador ou contraparte de suas respectivas obrigações financeiro nos termos pactuados, à desvalorização de contrato de crédito decorrente da deterioração na classificação de risco da contraparte, a ganhos ou remunerações, às vantagens concedidas na renegociação e aos custos de recuperação e a outros valores relacionados.

RISCO DE LIQUIDEZ

O risco de liquidez define-se como a possibilidade de a instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas, bem como de não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

Em 30 de junho de 2026, a Companhia não apresentava risco de liquidez relevante. Conforme demonstrado a seguir, o impacto de caixa dos ativos e passivos de acordo com seu vencimento contratual:

Passivos	Curto Prazo
Obrigações tributárias	37
Fornecedores a pagar	36
Depósitos de moeda eletrônica	8.492
Total	8.565

RISCO OPERACIONAL

O risco operacional define-se como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas ou de eventos externos, incluindo o risco legal associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados pela instituição, bem como a sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e a indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas pela instituição.

RISCO DE CAPITAL

Com base nas Resoluções do Banco Central do Brasil, a Política de Gerenciamento de Risco de Capital tem como fim estabelecer diretrizes e estratégias para atender as necessidades de “funding” da Instituição, e atender a governança estabelecida pelo BACEN, observando para tanto os seguintes itens:

- Relevância: considerar o grau de concentração das operações de acordo com os compromissos do fluxo de caixa, evitando o descasamento do ativo com o passivo, prazos e taxas;
- Proporcionalidade: política compatível com o porte da Instituição.

16. INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

Durante o semestre findo em 30 de junho de 2026 e 2025, a Companhia não operou com instrumentos financeiros derivativos.

17. CONTINGÊNCIAS

A Companhia não faz parte de qualquer processo do qual é necessária a menção nas demonstrações financeiras no semestre findo de 30 de junho de 2026 e 2025.

18. LIMITE OPERACIONAL (Acordo da Basileia)

A Instituição optou pela metodologia facultativa simplificada para apuração do requerimento mínimo de Patrimônio de Referência Simplificado - PRS5, conforme Res. 4.606/17. A mesma encontra-se enquadrada nos limites mínimos de capital e patrimônio compatível com o grau de risco da estrutura dos ativos, conforme normas vigentes do Banco Central do Brasil. O Índice de Basileia Simplificado ficou em 231,89 % ficando seu Patrimônio De Referência (PRS5) em 30 de junho de 2026 em R\$ 5.025.

* * *

Nilto Calixto Silva

Administrador

Paulo Eduardo Pereira

Contador CRC SC 030018/O-3

1919365_Quadra SCD - Notas Explicativas - 1S 2026_CLIENTE.. - assinada.pdf

Documento número #ac6bdf45-5031-415a-84f9-1323ab7a4d00

Hash do documento original (SHA256): 06a491e05311c86557e7c550d57a21516f6df4f658f3ae78f8220ced9d796e49

Assinaturas**Nilto Calixto**

CPF: 783.996.611-04

Assinou em 27 ago 2026 às 17:21:37

Log

- 27 ago 2026, 16:44:14 Operador com email assinaturas@quadra.capital na Conta e258b3b3-a158-4ee6-a957-07495a19c941 criou este documento número ac6bdf45-5031-415a-84f9-1323ab7a4d00. Data limite para assinatura do documento: 26 de setembro de 2026 (16:44). Finalização automática após a última assinatura: habilitada. Idioma: Português brasileiro.
- 27 ago 2026, 16:45:35 Operador com email assinaturas@quadra.capital na Conta e258b3b3-a158-4ee6-a957-07495a19c941 adicionou à Lista de Assinatura: assinaturas@quadra.capital para assinar, via E-mail.
- Pontos de autenticação: Token via E-mail; Nome Completo; CPF. Dados informados pelo Operador para validação do signatário: nome completo Nilto Calixto.
- 27 ago 2026, 17:21:37 Nilto Calixto assinou. Pontos de autenticação: Token via E-mail assinaturas@quadra.capital. CPF informado: 783.996.611-04. IP: 191.209.42.20. Componente de assinatura versão 1.1507.0 disponibilizado em <https://app.clicksign.com>.
- 27 ago 2026, 17:21:48 Processo de assinatura finalizado automaticamente. Motivo: finalização automática após a última assinatura habilitada. Processo de assinatura concluído para o documento número ac6bdf45-5031-415a-84f9-1323ab7a4d00.

**Documento assinado com validade jurídica.**Para conferir a validade, acesse <https://www.clicksign.com/validador> e utilize a senha gerada pelos signatários ou envie este arquivo em PDF.

As assinaturas digitais e eletrônicas têm validade jurídica prevista na Medida Provisória nº. 2200-2 / 2001

Este Log é exclusivo e deve ser considerado parte do documento nº ac6bdf45-5031-415a-84f9-1323ab7a4d00, com os efeitos prescritos nos Termos de Uso da Clicksign, disponível em www.clicksign.com.